



# LIBERTY SEGUROS S.A.

C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

## Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

**Relatório da Administração:** Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Liberty Mutual no Mundo:** A Liberty Mutual acredita que o progresso acontece quando as pessoas se sentem seguras. Ao fornecer proteção para o inesperado, entregue com cuidado, a empresa ajuda as pessoas a abraçarem o hoje e buscarem o amanhã com confiança. Fundada em 1912, com sede em Boston, Massachusetts, nos Estados Unidos, a Liberty Mutual é hoje a sexta maior seguradora global de propriedades e acidentes com base no prêmio bruto registrado em 2020. A companhia é a 71ª colocada no ranking da Fortune, que avalia 100 maiores empresas dos Estados Unidos com base na receita de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, a Liberty Mutual teve uma receita consolidada anual de 48,2 bilhões de dólares. A companhia conta hoje com mais de 45 mil funcionários em 29 países e oferece uma ampla variedade de produtos e serviços, incluindo para automóveis pessoais, residências, linhas especiais, resseguros, alto risco, compensação para funcionários, automóveis comerciais, riscos gerais, garantias judiciais e empresas. **Presença no Brasil:** Em junho de 1996, a Liberty Mutual iniciou suas operações no Brasil com a aquisição da Companhia Paulista de Seguros, passando posteriormente a adotar a denominação de Liberty Paulista Seguros S.A. Já em 2005, como forma de reforçar a presença do negócio brasileiro dentro da Liberty Mutual, a companhia passou a adotar a denominação Liberty Seguros S.A., já reconhecida internacionalmente. No início de

2008, a Liberty Mutual concretizou a aquisição da Indiana Seguros. Com isso, o grupo passou a contar com duas sólidas companhias de seguros, além de atuar como ressegurador admitido no mercado brasileiro, por meio da LMIC - Liberty Mutual Insurance Company - Escritório de Representação no Brasil. Essa estratégia fortaleceu a imagem do grupo como multinacional e multicanal, que oferece múltiplas opções de relacionamento com os clientes, por meio de corretores. Em 2021, o Grupo Liberty Brasil contou com mais de 2800 funcionários, em três empresas, distribuídos pela matriz, em São Paulo e filiais espalhadas por todo o país, atendendo a mais de 20 mil corretores. **Desempenho em 2021:** Em 2021, a Companhia registrou o total de R\$ 4,3 bilhões de prêmios emitidos e atingiu a marca de 1,5 milhão de veículos segurados, que representa 74% das operações da Liberty Seguros. Para sustentar esta operação, a Liberty Seguros conta com ativos de R\$ 5,7 bilhões e reservas de R\$ 3,5 bilhões. **Experiência ágil e acolhedora a clientes:** A Liberty Seguros investe na experiência digital dos clientes, implementando novos recursos e canais para atender as preferências das pessoas que estão em constante mudança. A companhia busca oferecer soluções cada vez mais personalizadas para seus segurados, trazendo agilidade ao seu dia a dia e autonomia no relacionamento com a seguradora. Em 2021, a Liberty lançou novas funcionalidades de atendimento no Whatsapp para segurados e corretores, aviso de sinistro 100% online no aplicativo da companhia e pagamento das apólices de seguros via pix. Além disso, criou o Espaço Terceiro, uma área em

suas plataformas digitais voltada a oferecer mais conveniência a terceiros envolvidos em sinistros. Focada em alcançar níveis de excelência cada vez mais altos no atendimento ao consumidor, em 2021, a Liberty Seguros esteve pelo quinto ano consecutivo no top 3 do Prêmio Época Reclame Aqui, cujo voto popular elegeu a seguradora como uma das melhores do país no quesito atendimento ao cliente. **Corretores crescendo junto a companhia:** A Liberty Seguros reconhece a importância do corretor para a sustentabilidade do negócio e tem como compromisso oferecer condições e conhecimentos para crescer os negócios e a carreira dos profissionais parceiros através do programa Cresça com a Liberty. Desde a criação do programa, em 2018, o Cresça com a Liberty já desenvolveu muitos corretores por meio dos 191 cursos ativos na Plataforma de Treinamentos - sendo 62 lançados apenas em 2021 -, webinars e campanhas, e a companhia está sempre em busca de novidades e tendências que podem beneficiar e informar os parceiros. **Atuação frente a pandemia COVID-19:** A Liberty Seguros reforça seu compromisso em apoiar a comunidade com iniciativas focadas em atenuar os impactos sociais causados pela pandemia de COVID-19. Em 2021, a seguradora realizou uma doação de R\$1 milhão - sendo R\$500 mil destinados à Unidos pela Vacina, campanha liderada por Luiza Trajano e outros R\$500 mil voltados ao combate à fome que, devido à pandemia, cresceu drasticamente no país. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo/Circulante	Notas		Passivo/Circulante	Notas		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	
Disponível	5.2. e 6.	3.409.100	3.033.084	5.2 e 14.	3.914.853	3.530.775
Caixa e bancos		99.060	87.977		300.548	337.545
Equivalente de caixa	5.2. e 6.	99.060	87.977		53.278	82.674
Aplicações	5.2, 5.3. e 7.	487.309	462.686		131.543	116.026
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2.	1.808.471	1.593.083		25.341	26.082
Prêmios a receber	8.	1.707.386	1.542.276		6.753	43.589
Operações com seguradoras		38.317	29.078		83.633	69.174
Operações com resseguradoras		62.768	21.729		527.933	426.429
Outros créditos operacionais	5.2.	159.417	152.749		3.883	2.804
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	213.327	157.400		52.960	19.718
Títulos e créditos a receber		148.356	125.162		165.593	113.891
Títulos e créditos a receber	5.2 e 10.1.	93.985	85.254		298.181	278.237
Créditos tributários e previdenciários	9.	52.111	37.815		7.316	11.779
Outros créditos	5.2 e 10.2.	2.260	2.093		35.026	26.621
Outros valores e bens	5.2 e 10.3.	64.262	43.772		3.044.569	2.740.190
Bens a venda		64.215	43.733		2.760.940	2.537.822
Outros valores		47	39		180.061	130.166
Despesas antecipadas		3.496	3.446		103.568	72.192
Custos de aquisição diferidos	11.	425.402	406.575		6.777	-
Seguros		425.402	406.575		563.217	507.355
<b>Ativo não circulante</b>		<b>2.323.967</b>	<b>2.241.973</b>		<b>9.509</b>	<b>9.330</b>
Realizável a longo prazo		2.180.689	2.108.727		216	279
Aplicações	5.2, 5.3. e 7.	1.611.489	1.647.140		14	9.051
Créditos das operações com seguros e resseguros		84.951	70.751		5.2 e 15.	11.207
Prêmios a receber	5.2. e 8.	84.403	70.203			3.818
Operações com seguradoras		548	548			7.389
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	157.048	148.803		5.2 e 16.	505.009
Títulos e créditos a receber		240.411	186.793			459.146
Títulos e créditos a receber	10.1.	102.071	108.211			399.914
Créditos tributários e previdenciários	9.	118.083	59.103			102.440
Depósitos judiciais e fiscais	10.4.	20.257	19.479			2.655
Custos de aquisição diferidos	11.	71.273	55.240			963
Seguros		71.273	55.240		5.2 e 17.	37.492
Imobilizado	12.	25.203	27.991			28.794
Imóveis de uso próprio		2.481	3.167			8.698
Bens móveis		21.150	24.183		5.5.	1.254.997
Outras imobilizações		1.572	641		18.	567.258
Intangível	5.5. e 13.	118.075	105.255			42.000
Outros intangíveis		118.075	105.255		18.	233
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.733.067</b>	<b>5.275.057</b>		18.	709.004
						716.210
						(63.498)
						53.033
						5.733.067
						5.275.057

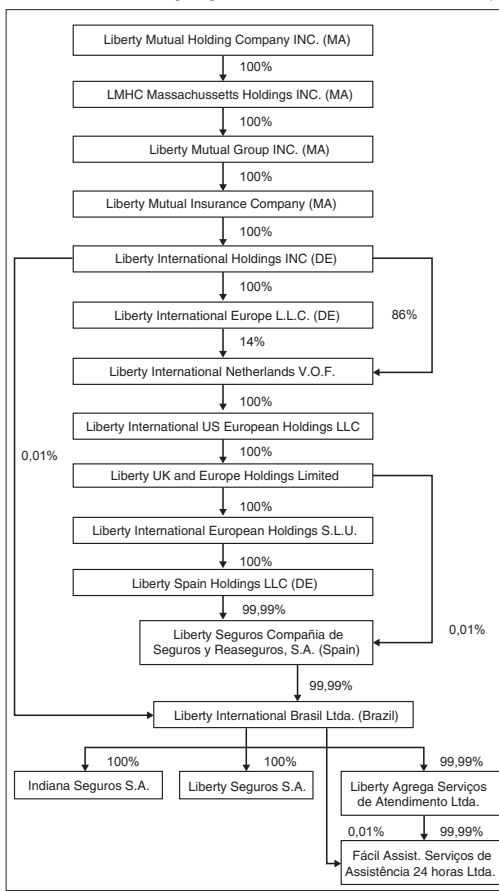
### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva de reavaliação	Reserva estatutária	Reserva legal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	467.259	-	578	502.885	45.216	68.355	-	1.084.293
Realização	-	-	-	-	-	-	255	102
Títulos e valores mobiliários	-	-	(153)	-	-	(15.322)	-	(15.322)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	217.332	217.332
Reservas estatutárias	-	-	-	157.242	-	-	-	(157.242)
Reserva legal	-	-	-	-	10.867	-	-	(10.867)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(49.478)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	467.259	-	425	660.127	56.083	53.033	-	1.236.927
Aumento de capital em aprovação AGO 28/12/2021	-	42.000	-	-	-	-	-	42.000
Aumento de capital em aprovação AGO 27/10/2021	-	100.000	-	-	-	-	-	100.000
Aprovação aumento de capital conforme Portaria SUSEP/CGRAJ 571 de 31 de dezembro de 2021	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(192)	-	-	-	254	62
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(116.530)	-	(116.530)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(7.459)	(7.459)
Reservas estatutárias	-	-	-	7.205	-	-	-	7.205
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	567.258	42.000	233	652.921	56.083	(63.498)	-	1.254.997

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Liberty Seguros S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 1º de setembro de 2005, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Gerardo Campos Moreira, 110, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. A Liberty Seguros S.A. integra o grupo Liberty Mutual, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Boston, Estados Unidos. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e de vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. A Liberty Mutual está diretamente ligada à Liberty International, que por sua vez possui 100% das ações da Liberty Seguros S.A. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Companhia:



Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Companhia oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: • Automóveis; • Patrimonial (residencial e empresarial); • Vida; • Transportes; e • Outros ramos. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. A exposição e gerenciamento desses riscos estão divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas para emissão pela Administração em 24 de fevereiro de 2022.

#### 2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, e as notas explicativas conforme legislação em vigor. a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP nº 648/21 no que se aplicam no exercício de 2021. A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação do passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem os critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras, foram classificados como não circulantes. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP nº 648/21 no que se aplicam no exercício de 2021. c) **Continuidade:** A Administração avalia a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) **Base de mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado"; e "ativos financeiros disponíveis para venda"; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). e) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a

moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. f) **Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. g) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** - IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP, que manteve o CPC 39 - Instrumentos financeiros: IFRS 17 - Contratos de seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares à serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente representem os fatos contábeis. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo a aplicação antecipada. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. A aplicação do CPC 50 só ocorrerá quando da aprovação pela SUSEP.

#### 3 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (com vencimento inferior de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor de mercado. b) **Ativos financeiros:** i. **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Disponíveis para venda; • Empréstimos e recebíveis; e • Mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia sua classificação a cada data do balanço, segundo as regras restritas do CPC 39 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado. Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Companhia para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como "day-one profits/losses") são reconhecidas no resultado do período somente quando a Companhia possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Companhia utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Companhia se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. Geralmente, juros sobre os ativos e passivos correspondentes não começam a ser reconhecidos até a data de liquidação da transação quando a titularidade sobre o instrumento financeiro é transferida. ii. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria compreende duas sub-categorias: **Ativos financeiros detidos para propósito de negociação:** A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. iii. **Recebíveis:** Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Companhia compreendem as demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável ("impairment") a cada data de balanço (vide política contábil na nota explicativa nº 3.1). iv. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados são consideradas como um elemento do fluxo de caixa no teste, deduzidas do montante já constituído no ativo. d) **Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio é utilizado para a condução dos negócios da Companhia e compreende: imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2008. Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 12. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item de ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela Lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. e) **Ativos intangíveis:** i. **Softwares:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, diretamente pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Prêmios emitidos	Notas		Prêmios emitidos	Notas		
	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	
19.1.	4.288.743	4.174.200	5.2 e 14.	300.548	337.545	
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2.	(147.648)	(252.536)		53.278	82.674
(=) Prêmios ganhos		4.141.095	3.921.664		131.543	116.026
(-) Sinistros ocorridos	19.3.	(2.567.639)	(2.027.036)		25.341	26.082
(-) Custos de aquisição	19.4.	(941.671)	(914.077)		6.753	43.589
(-) Outros receitas e despesas operacionais	19.5.	(53.705)	(52.585)		83.633	69.174
(=) Resultado com resseguro	19.6.	(60.867)	(60.688)		527.933	426.429
(+) Receita com resseguro		128.900	78.969		3.883	2.804
(-) Despesa com resseguro		(188.151)	(139.654)		52.960	19.718
(-) Outros resultados com resseguro		(42)	(3)		165.593	113.891
(-) Despesas administrativas	19.7.1.	(561.786)	(546.028)		298.181	278.237
(-) Despesas com tributos	19.7.2.	(81.518)	(104.054)		7.316	11.779
(+) Resultado financeiro	19.8.	137.596</				

# LIBERTY SEGUROS S.A. – C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

decorrer na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de "run-off" de prêmios emitidos, onde é possível captar a defasagem entre a emissão do prêmio. Assim, essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela Companhia, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, é constituída com base na estimativa de valores a indenizar ao segurador, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla e destaca a parcela da Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Avisados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR abrange todos as despesas relacionadas à liquidação de indenizações, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. **k) Passivos financeiros:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo. Quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros-determinada ou não explicita no contrato, a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, que seria similar a Companhia consideraria a segmentação bancária para financiamento ou compra de um ativo similar, considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para este propósito. **l) Teste de adequação dos passivos - TAP:** A Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP nº 648/21 no que se aplicam no exercício de 2021, institui o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras de procedimentos para a sua realização. Segundo esta Circular, a Companhia deve avaliar, a cada data base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, esta deficiência que poderá ser líquida da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", e que sejam utilizados como base de apuração do cálculo de excedentes financeiros deve ser reconhecida na PCC ou em qualquer outra provisão que venha a substituí-la. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP nº 648/21 no que se aplicam no exercício de 2021, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP nº 648/21 no que se aplicam no exercício de 2021. **m) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Companhia constitui provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais, em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cujo exatidão está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os passivos contingentes de processos de sinistros e cíveis são atualizados pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e os trabalhistas pela Tabela Prática do TRT da 2ª região de São Paulo. **n) Capital social:** As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Companhia não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. **o) Políticas contábeis para reconhecimento de receitas e despesas:** *i. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro:* As receitas e custos relacionados aos contratos de seguro são reconhecidos proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. *ii. Receita de juros e dividendos recebidos:* As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas na data de exercício, incluindo a metodologia de custo amortizado e taxa efetiva de retorno. Quando um instrumento financeiro é adquirido com o objetivo de recuperar o valor contábil, a Companhia reconhece a redução do valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. *iii. Benefícios a empregados: Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. *Obrigações por aposentadorias:* As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados. *Outras obrigações de curto prazo:* Outras obrigações de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. *Benefícios pós-emprego:* A Companhia não possui qualquer política ou programa de benefícios classificados em benefícios de longo prazo como benefício pós-emprego. **p) Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável anual acima de R\$ 240 por exercício. O Governo Federal editou em 26 de julho de 2021, a Medida Provisória Nº 1.034/21, convertida na Lei Nº 14.183/2021 em 14 de julho de 2021, aumentando a alíquota da contribuição social sobre o lucro de 5% para 20% a partir de 01 de janeiro de 2021, sendo que tal alteração será válida até 31 de dezembro de 2021, retornando à alíquota de 15% a partir de 01 de janeiro de 2022. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até junho de 2021, e 20% a partir de julho de 2021, (vide nota explicativa nº 19.9). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (terrenos e edifícios), cujo montante será transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "liability method") segundo o CPC 32 sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

**4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerando razoáveis para circunstâncias. **i. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O passivo de seguros da Companhia é o componente onde a Administração mais utiliza estimativas e julgamentos, pois existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Companhia utiliza as fontes de informação internas e externas disponíveis, tais como: sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Companhia divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 5.1. **ii. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:** A Companhia possui processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras, estes registros estão arrolados pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e constituição das estimativas contábeis, leva em consideração a assistência jurídica de especialistas em áreas, evolução do processo e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões. **iii. Cálculo de valor justo de ativos financeiros:** Conforme requerido pelo CPC 39, a Companhia aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias "disponíveis para venda", ativos "mensurados ao valor justo através do resultado" e "mantidos para negociação". Nesse processo a Companhia estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Companhia divulga na nota explicativa nº 5.3, informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado. **iv. Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários:** Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. Essa estimativa é divulgada na nota explicativa nº 9.

### 5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de seguro;** **Risco financeiro/liquidez;** **Risco de mercado;** **Risco de crédito;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A Administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Para proporcionar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Companhia dispõe das áreas de Auditoria Interna e Governança Corporativa responsáveis por controlar os riscos. SOX, compliance e normas. Para administrar os riscos a que Companhia está exposta, são efetuados periodicamente comitês de precificação e de reservas de sinistros, sendo que para a gestão do risco de crédito a Companhia dispõe de diversos mecanismos gerenciais, tais como: relatórios de monitoramento de índices de inadimplência. **5.1. Gestão de risco de seguro:** Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O Departamento Atuarial junto às áreas de subscrição da Companhia, além de monitorar a adequação de preços de suas principais linhas de negócio, desenvolve modelos e políticas de precificação que permitem à Companhia diferenciar de forma mais justa os preços cobrados de cada um de seus clientes. Além disso, por meio de seu Departamento de Resseguros, a Companhia busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos e considerando a posição do parceiro ressegurador na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais. A cobertura de prêmio de resseguro por área é detalhada na nota explicativa nº 19.1. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para nossos principais segmentos de risco:

Modalidade	31/12/21		31/12/20			
	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Quantidade de segurados/ itens	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Quantidade de segurados/ itens		
	Bruto de Líquido de Resseguro	Resseguro	Bruto de Líquido de Resseguro	Resseguro		
Automóvel	499.086.328	499.086.328	1.833.153	525.715.112	525.715.112	1.930.961
Patrimonial	162.360.312	150.942.459	335.458	164.309.364	152.754.445	339.485
Vida	56.746.740	53.458.814	302.028	49.540.384	46.669.997	263.673
Transportes	222.121.027	215.889.140	55.386	197.432.892	191.893.662	49.230
Demais ramos	35.227.995	11.897.897	3.765	30.502.859	10.302.030	3.260
<b>Total</b>	<b>975.542.405</b>	<b>931.274.637</b>	<b>2.529.790</b>	<b>967.500.611</b>	<b>927.335.246</b>	<b>2.586.609</b>

Esses montantes representam os valores máximos reconhecidos em casos de sinistros cobertos, para cada um dos riscos emitidos e vigentes, respectivamente, em bases-base. Tais valores são calculados por dia da soma das Importâncias Seguradas de coberturas mutuamente exclusivas, ou seja, no caso de um seguro patrimonial, não se soma a Importância Segurada de Roubo de Bens, quando existe para o mesmo risco uma cobertura de incêndio para prédio e conteúdo. A Companhia realiza testes de sensibilidade para demonstrar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas seguintes variáveis: **• Sinistralidade** - simulação do efeito de uma elevação de 5 pontos percentuais na sinistralidade; **• Despesas administrativas** - simulação do aumento de 10% nas despesas administrativas. Para a elaboração do teste foram utilizadas, respectivamente, a sinistralidade apurada na relação entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos, e o montante de despesas administrativas, ambos registrados nos últimos 12 meses contados a partir de cada uma das datas-bases apresentadas. A tabela abaixo apresenta os resultados brutos e líquidos de resseguros, considerando as respectivas premissas:

Ramo	31/12/21		31/12/20	
	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	(155.165)	(155.165)	(153.564)	(153.564)
Patrimonial	(42.807)	(42.807)	(44.928)	(44.928)
Vida	16.296	16.296	17.113	17.113
Transportes	(6.519)	(6.519)	-	-
Demais ramos	(8.561)	(8.561)	-	-
<b>Total</b>	<b>(179.633)</b>	<b>(179.633)</b>	<b>(181.379)</b>	<b>(181.379)</b>

Ramo	31/12/21		31/12/20	
	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	(35.067)	(25.364)	(28.199)	(19.932)
Patrimonial	(5.890)	(5.890)	(5.790)	(5.790)
Vida	3.625	3.625	3.333	3.333
Transportes	(1.450)	(1.450)	-	-
Demais ramos	(1.176)	(1.176)	-	-
<b>Total</b>	<b>(37.596)</b>	<b>(27.893)</b>	<b>(30.656)</b>	<b>(22.389)</b>

Ramo	31/12/21		31/12/20	
	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	(16.823)	(15.108)	(14.320)	(12.975)
Patrimonial	(4.144)	(4.144)	(3.831)	(3.831)
Vida	3.489	3.489	3.222	3.222
Transportes	(1.396)	(1.396)	-	-
Demais ramos	(829)	(829)	-	-
<b>Total</b>	<b>(18.045)</b>	<b>(16.330)</b>	<b>(14.929)</b>	<b>(13.584)</b>

Ramo	31/12/21		31/12/20	
	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	(105.761)	84.119	13.875	12.916
Patrimonial	13.197	8.201	333	292
Vida	3.672	2.778	-	-
Transportes	100.299	89.816	6.181	5.770
Demais ramos	222.929	184.914	20.389	18.978
<b>Total</b>	<b>428.743</b>	<b>289.928</b>	<b>41.743</b>	<b>39,746</b>

Ramo	31/12/21		31/12/20	
	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	(3.152.260)	3.146.611	-	-
Patrimonial	397.716	358.397	125.524	104.738
Vida	389.524	345.928	34.296	26.886
Transportes	164.255	118.309	4.572	3.470
Demais ramos	184.988	204.955	63.879	57.083
<b>Total</b>	<b>4.288.743</b>	<b>4.174.200</b>	<b>228.345</b>	<b>192.242</b>

(a) A tabela abaixo apresenta a discriminação dos resseguradores:

Categoria	Classe de Risco (*)	31/12/21		31/12/20		% Ressegurado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ressegurador	Admitida	80.847	70.615	35%	37%	-	-
Liberty Mutual Insurance Company	A+	4.956	4.851	4%	3%	-	-
Lloyd's	A+	495	62	0%	0%	-	-
Everest Reinsurance Company	AA-	10	8	0%	0%	-	-
Catlin Re Switzerland Ltd	AA-	6	9	0%	0%	-	-
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	5	24	0%	0%	-	-
Swiss Reinsurance Company	Admitida	-	-	-	-	-	-
Partner Reinsurance Europe Se	Admitida	2	(22)	0%	0%	-	-
(Antiga Partner Reinsurance)	Admitida	-	10	0%	0%	-	-
Scor Reinsurance Company	Admitida	-	32	0%	0%	-	-
Gard Marine & Energy Limited	Admitida	-	-	-	-	-	-
Market International Insurance Company Limited	Eventual	203	82	0%	0%	-	-
Korean Reinsurance Company	Eventual	-	7	0%	0%	-	-
XK Insurance Company Se	Eventual	-	12	0%	0%	-	-
Liberty Mutual Insurance Europe Limited	Eventual	-	496	0%	0%	-	-
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	56.521	31.133	25%	16%	-	-
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local	41.810	30.730	18%	16%	-	-
IFB Brasil Resseguros S.A.	Local	36.367	49.927	16%	26%	-	-
AXA AX Resseguros S.A.	Local	2.016	15	1%	0%	-	-
Austral Resseguradora S.A.	Local	520	1.164	0%	1%	-	-
Mapfre Re Do Brasil Cia. de Resseguro	Local	87	789	0%	0%	-	-
Market Resseguradora do Brasil S.A.	Local	-	256	0%	0%	-	-
XL Resseguros Brasil S.A.	Local	-	478	0%	0%	-	-
AIG Resseguros Brasil S.A.	Local	-	1	0%	0%	-	-
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Re	Local	-	1.578	0%	1%	-	-
<b>Total</b>		<b>228.345</b>	<b>192.242</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		

(\*) A Companhia utiliza como fonte para classificação de categoria de risco o site da autarquia SUSEP.

Abaixo demonstramos as provisões técnicas de resseguro:

Ativos de resseguro	31/12/21		31/12/20			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	618.214	-	618.214	531.768	-	531.768
Títulos privados	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimento - não exclusivos	1.382	-	1.381	1.326	-	1.326
CDBs (**)	-	130.851	130.851	-	121.851	121.851
Debêntures (**)	-	118.208	118.208	-	-	-
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-
Fundos e reservas retidos pelo IRB	-	245	245	-	245	245
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>1.849.495</b>	<b>249.304</b>	<b>2.098.799</b>	<b>1.987.730</b>	<b>122.096</b>	<b>2.109.826</b>
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>234</b>	<b>-</b>	<b>234</b>

(\*) A Companhia não detém ativos financeiros classificados de acordo com o nível 3. (\*\*) Os emissores dos CDBs são a Caixa Econômica Federal, Bancob, Banrisul e Santander. A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress com arranjos de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração os cenários históricos e cenários de condições de mercado previsto para períodos futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Para a correta análise de sensibilidade e dos testes de stress utilizados a metodologia do VaR, que pode ser resumida como a medida de quanto uma carteira de investimento poderia depreciar durante certo horizonte de tempo, com certa probabilidade. A grande motivação para o uso do conceito de VaR é que este integra o risco de todo o ativo/passivo em uma única medida numérica, resumindo o risco total, por exemplo, de um banco para acompanhamento por sua diretoria. A grande deficiência do conceito de VaR é que risco é um conceito multidimensional, logo a integração do risco total de uma instituição em uma única medida numérica requer simplificações. Na política de investimentos, utiliza-se o método VaR para o cálculo do risco, que é calculado em dias úteis e com 95% de intervalo de confiança. Nas análises trabalha-se com um VaR globalizado máximo de 0,5% sendo que os valores atuais, gerados através do teste de stress, está em 0,298%. A tabela a seguir apresenta o teste de sensibilidade, que leva em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Companhia:

Ativos financeiros	31/12/21		31/12/20					
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total		
Pré-fixado	1.848.113	1.973.217	fixada	10,0%	(13,767)	-0,7%	(15,196)	-1,0%
Pós-fixado	250.441	123.177	Taxa Selic	10,0%	(2,412)	-1,0%	(230)	-0,6%
			Índice de					
			preços	10,0%	-	0,0%	(176)	-0,9%
			Não há	-	-	-	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>2.098.798</b>	<b>2.109.826</b>						

## LIBERTY SEGUROS S.A. – C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro não exclusivos foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos, e dos CDBs foi apurado com base no percentual da taxa de mercado contratada (CDI). O valor de mercado dos demais títulos classificados como "disponíveis para venda" foi calculado com base no "Preço Unitário do Mercado" em 31 de dezembro de 2021 e 2020, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021:

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos atualizações	Variação ajuste de mercado	31/12/2021
Títulos de renda fixa						
Letras do tesouro nacional - LTN	1.441.449	190.788	(368.320)	89.164	(123.183)	1.229.898
Notas do tesouro nacional - NTN - Séries B e F	544.955	160.551	(62.531)	48.614	(73.375)	618.214
Títulos privados						
Fundos de investimento - não exclusivos	1.326	–	–	56	–	1.381
CDIs	121.851	220.050	(215.392)	4.341	–	130.851
Debêntures	–	113.643	(3.659)	5.896	2.338	118.208
Outras aplicações						
Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 16.1)	245	–	–	–	–	245
<b>Total</b>	<b>2.109.826</b>	<b>685.032</b>	<b>(649.902)</b>	<b>148.061</b>	<b>(194.218)</b>	<b>2.098.798</b>

## 8 PRÊMIOS A RECEBER

Ramo	31/12/2021	31/12/2020	Prazo médio de parcelamento
Automóvel	1.264.247	1.186.192	4 meses
Patrimonial	212.728	118.093	4 meses
Transporte	32.854	26.918	1 mês
Vida	129.206	134.567	4 meses
Demais ramos	171.648	158.190	1 mês
<b>Subtotal</b>	<b>1.810.683</b>	<b>1.623.960</b>	
(-) Redução ao valor recuperável	(18.894)	(11.481)	
<b>Total</b>	<b>1.791.789</b>	<b>1.612.479</b>	
Circulante	1.707.386	1.542.276	
Não circulante	84.403	70.203	
<b>Total</b>	<b>1.791.789</b>	<b>1.612.479</b>	

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 31/12/2020 e 31/12/2021:

Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	31/12/2021
(+) Prêmios emitidos líquidos (*)	4.426.290
(+) Receita adicional de fracionamento	12.090
(+/-) RVNE	1.450
(-) Recebimentos	(4.268.475)
(+/-) IOF Líquido	15.368
(+/-) Redução ao valor recuperável	(7.413)
<b>Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.791.789</b>

(\*) Foram considerados os prêmios diretos, prêmio de cosseguro aceito, atualização monetária, baixa de apólices incorríveis e cancelamentos. 8.1. Composição quanto ao prazo de vencimento:

Aging	Vencidos	A vencer	31/12/2021	30/12/2020
1 a 60 dias + RVNE (*)	22.737	778.748	801.485	741.407
61 a 120 dias	3.193	395.100	398.292	375.924
121 a 180 dias	1.694	254.184	255.878	226.975
181 a 365 dias	1.509	265.420	266.929	207.204
Acima de 365 dias	3.696	84.403	88.099	72.450
<b>Subtotal</b>	<b>32.827</b>	<b>1.777.855</b>	<b>1.810.682</b>	<b>1.623.960</b>
(-) Redução ao valor recuperável	(18.893)	(11.481)	(18.893)	(11.481)
<b>Total</b>	<b>13.934</b>	<b>1.777.855</b>	<b>1.791.789</b>	<b>1.612.479</b>

(\*) O saldo da RVNE no montante de R\$ 78.435 (R\$ 55.195 em 2019) foi alocado na coluna "A vencer - 1 a 60 dias".

## 9 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se a:

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Tributos a compensar	1.527	852
Antecipações de IRPJ e CSLL	50.584	36.983
<b>Total circulante</b>	<b>52.111</b>	<b>37.835</b>
Prejuízo fiscal/base negativa	687	–
<b>Subtotal prejuízo fiscal/base negativa</b>	<b>687</b>	<b>–</b>
Imposto de renda	17.675	17.482
Contribuição social	10.606	10.489
IR e CSLL sobre ganhos/perdas não realizados	42.333	–
<b>Subtotal diferenças temporárias: (i)</b>	<b>70.614</b>	<b>27.971</b>
PIS e Cofins sobre reservas de sinistros e IBNR	42.672	27.021
Outros	4.110	4.111
<b>Subtotal outros</b>	<b>46.782</b>	<b>31.132</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>118.083</b>	<b>59.103</b>
<b>Total</b>	<b>170.194</b>	<b>96.938</b>

Passivo

IR e CSLL sobre reservas de reavaliação

IR e CSLL sobre ganhos não realizados

(i) Total de impostos diferidos (vide nota explicativa nº 14.a)

As diferenças temporárias são classificadas no ativo não circulante, sendo originadas, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, estimamos com base em ações similares que o seu prazo de realização será em até 3 anos. A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, está apresentada na tabela a seguir:

Movimentação de créditos tributários e previdenciários	31/12/2020	Consti- tuições	Realiza- ções	31/12/2021
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL	–	515	–	515
Créditos tributários de adições temporárias	27.971	310	–	28.281
Ganhos/perdas não realizados	–	42.333	–	42.333
PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	27.021	15.651	–	42.672
Outros	4.111	171	–	4.282
<b>Total</b>	<b>59.103</b>	<b>58.980</b>	<b>–</b>	<b>118.083</b>
Reserva de reavaliação	279	–	(63)	216
Ganhos/perdas com ajuste a valor de mercado	35.356	–	(35.356)	–
<b>Total</b>	<b>35.635</b>	<b>–</b>	<b>(35.419)</b>	<b>216</b>

A movimentação dos impostos diferidos, contabilizados diretamente no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS sobre reavaliação	63	102
IR/CS diferido	77.687	10.215
<b>Total</b>	<b>77.750</b>	<b>10.317</b>

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o plano de negócios da Companhia para os próximos exercícios. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização desses créditos. As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos. Estimamos que saldo residual de R\$ 28.281 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados nos próximos anos.

## 10 OUTROS ATIVOS

10.1 Títulos e créditos a receber:	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento SFF (CEF) (*)	102.071	108.211
Operações com cartão de crédito	72.374	68.043
Ressarcimento DPVAT	562	581
Convênio Indiana (vide nota explicativa nº 20.a)	1.320	1.106
Intercompany (vide nota explicativa nº 20.a)	12.191	7.081
Outros	7.538	8.443
<b>Total</b>	<b>196.056</b>	<b>193.465</b>
Circulante	93.985	85.254
Não circulante	102.071	108.211
<b>Total</b>	<b>196.056</b>	<b>193.465</b>

(\*) A Companhia é detentora de créditos decorrentes do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH de responsabilidade do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS. Esses créditos encontram-se em processo de análise por parte do referido Fundo para posterior pagamento. Os valores a recuperar com a Caixa Econômica Federal são relativos a seguros do ramo habitacional - 66 e semestralmente a Companhia analisa a recuperabilidade dos créditos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava um saldo a recuperar de SFH no montante de R\$ 107.159 (R\$ 119.689 em 2020) para o qual foi constituída uma redução ao valor recuperável no montante de R\$ (6.898) (R\$ 11.478) em 2020), totalizando o montante líquido de R\$ 100.260 (R\$ 108.211 em 2020).

10.2 Outros créditos:	31/12/2021	31/12/2020
Bloqueios judiciais de sinistros	314	289
Adiantamento a fornecedores	18	54
Adiantamento a funcionários	1.928	1.750
<b>Total circulante</b>	<b>2.260</b>	<b>2.093</b>
10.3 Outros valores e bens:	31/12/2021	31/12/2020
Salvados a venda (a)	64.215	43.733
Arrendamento Mercantil (b)	15.517	–
Almoxarifado	48	39
<b>Total</b>	<b>79.780</b>	<b>43.772</b>
Circulante	64.263	43.772
Não circulante	15.517	–
<b>Total</b>	<b>79.780</b>	<b>43.772</b>

(a) Abaixo apresentamos os salvados a venda abertos por tempo de registro:

Aging/entrada	Automóveis	Outros	Total
A) 1 a 30 dias	8.421	21	8.442
B) 31 a 60 dias	16.891	9	16.700
C) 61 a 90 dias	9.517	1	9.518
D) 91 a 120 dias	4.795	3	4.798
E) 121 a 150 dias	3.540	–	3.540
F) 151 a 180 dias	2.698	–	2.698
G) 181 a 210 dias	1.692	7	1.699
H) 211 a 240 dias	1.154	–	1.154
I) 241 a 270 dias	1.535	–	1.535
J) 271 a 300 dias	1.825	–	1.825
K) 301 a 330 dias	1.399	–	1.399
L) 331 a 365 dias	1.074	1	1.075
M) 365 a 545 dias	3.638	–	3.638
N) 545 a 725 dias	2.293	–	2.293
O) 725 a 905 dias	1.348	–	1.348
P) Acima de 905 dias	2.552	1	2.553
<b>31/12/2021</b>	<b>64.172</b>	<b>43</b>	<b>64.215</b>
<b>31/12/2020</b>	<b>43.688</b>	<b>45</b>	<b>43.733</b>

Os Salvados são atualizados mensalmente com base no valor de mercado disponibilizado pela FIPE. (b) A adoção inicial do CPC 06(R2) - Operações de Arrendamento Mercantil em 1 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimento contábeis:

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Arrendamento	Total
<b>Custo</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>					
(+/-) Aquisições/Baixas	10.910	305	5.165	–	16.381
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.910</b>	<b>305</b>	<b>5.165</b>	<b>–</b>	<b>16.381</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>					
(+/-) Depreciação/Baixas	(367)	(224)	(273)	–	(864)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(367)</b>	<b>(224)</b>	<b>(273)</b>	<b>–</b>	<b>(864)</b>
<b>Valor contábil</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.544</b>	<b>81</b>	<b>4.892</b>	<b>–</b>	<b>15.517</b>
<b>10.4 Depósitos judiciais:</b>					
31/12/2021	14.829	14.389	–	–	29.218
31/12/2020	1.057	1.179	–	–	2.236
Ações civis (vide nota explicativa nº 17)	4.371	3.911	–	–	8.282
<b>Total não circulante</b>	<b>20.257</b>	<b>19.479</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>39.736</b>

## 11 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por comissões de corretagem, agenciamento, representantes de seguros e outros custos de aquisição que apresentam relação direta com contratos de seguro, e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Automóvel	300.764	298.338
Patrimonial	38.654	37.461
Vida	109.778	82.486
Transportes	1.746	1.603
Demais ramos	45.734	41.927
<b>Total</b>	<b>496.675</b>	<b>461.815</b>
Circulante	425.402	406.575
Não circulante	71.273	55.240
<b>Total</b>	<b>496.675</b>	<b>461.815</b>

O quadro abaixo demonstra a movimentação do custo de aquisição diferido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	461.815
(+) Constituições	976.531
(-) Diferimento para despesa	(941.671)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>496.675</b>

Para a Companhia, o ramo de maior representatividade na carteira é automóvel e o prazo médio de diferimento é de 12 meses.

## 12 ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos (a)	Edificações (b)	Móveis, máquinas e utensílios (c)	Equipamentos (d)	Veículos (e)	Imobilizado em andamento (f)	Imobilizado Total (g)
<b>Custo</b>							
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>652</b>	<b>17.031</b>	<b>47.025</b>	<b>62.464</b>	<b>8.921</b>	<b>641</b>	<b>136.734</b>
(+) Aquisições	–	–	1.687	3.057	2.469	931	8.144
(-) Baixas	–	–	(833)	(368)	(2.204)	–	(3.404)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>652</b>	<b>17.031</b>	<b>47.879</b>	<b>65.154</b>	<b>9.186</b>	<b>1.572</b>	<b>141.474</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(14.516)</b>	<b>(36.392)</b>	<b>(52.465)</b>	<b>(5.370)</b>	<b>–</b>	<b>(108.743)</b>	
(-) Depreciação	(686)	(4.129)	(3.323)	(1.429)	–	(9.566)	
(+) Baixas	–	–	72	216	1.750	–	2.038
(+/-) Transferências	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(15.202)</b>	<b>(40.449)</b>	<b>(55.571)</b>	<b>(5.048)</b>	<b>–</b>	<b>(116.271)</b>	
<b>Valor contábil</b>							
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>652</b>	<b>2.515</b>	<b>10.633</b>	<b>9.999</b>	<b>3.551</b>	<b>641</b>	<b>27.991</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>652</b>	<b>1.829</b>	<b>7.430</b>	<b>9.582</b>	<b>4.138</b>	<b>1.572</b>	<b>25.203</b>
Taxas anuais de depreciação - %	–	4	10	20	20	–	–

(a) Os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados em 2008, os valores líquidos de depreciações e impostos estão registrados na conta "reserva de reavaliação" no patrimônio líquido.

## 13 ATIVOS INTANGÍVEIS

	Projetos	Projetos de tecnologia em andamento	Total
--	----------	-------------------------------------	-------

## LIBERTY SEGUROS S.A. – C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (I)	Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais)												
	Até Dez-10	dez-11	dez-12	dez-13	dez-14	dez-15	dez-16	dez-17	dez-18	dez-19	dez-20	dez-21	Total
Até a data base:	3.567	831	870	952	1.207	1.442	1.428	1.391	1.626	1.772	1.805	993	
Um ano mais tarde:	3.579	815	851	938	1.210	1.442	1.428	1.350	1.626	1.739	1.814	–	
Dois anos mais tarde:	3.582	815	847	952	1.209	1.442	1.432	1.350	1.626	1.741	–	–	
Três anos mais tarde:	3.581	814	846	951	1.209	1.397	1.432	1.348	1.630	–	–	–	
Quatro anos mais tarde:	3.580	814	849	952	1.209	1.412	1.436	1.348	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde:	3.579	814	846	951	1.209	1.433	1.436	–	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde:	3.579	813	846	951	1.210	1.469	–	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde:	3.579	814	846	950	1.210	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde:	3.578	814	847	950	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde:	3.579	814	846	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos ou + mais tarde:	3.629	814	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
<b>Posição em 31/12/2021</b>	<b>3.629</b>	<b>814</b>	<b>846</b>	<b>950</b>	<b>1.210</b>	<b>1.469</b>	<b>1.436</b>	<b>1.348</b>	<b>1.630</b>	<b>1.741</b>	<b>1.814</b>	<b>993</b>	<b>17.881</b>

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (I)	Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais)												
	Até Dez-10	dez-11	dez-12	dez-13	dez-14	dez-15	dez-16	dez-17	dez-18	dez-19	dez-20	dez-21	Total
Até a data base:	(3.009)	(640)	(697)	(707)	(950)	(1.017)	(1.157)	(1.161)	(1.326)	(1.471)	(1.480)	(725)	
Um ano mais tarde:	(3.539)	(820)	(889)	(985)	(1.232)	(1.265)	(1.431)	(1.429)	(1.339)	(1.540)	(1.861)	–	
Dois anos mais tarde:	(3.566)	(826)	(895)	(1.010)	(1.240)	(1.270)	(1.440)	(1.435)	(1.347)	(1.559)	–	–	
Três anos mais tarde:	(3.572)	(827)	(899)	(1.011)	(1.242)	(1.273)	(1.445)	(1.436)	(1.349)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde:	(3.575)	(827)	(900)	(1.012)	(1.247)	(1.275)	(1.447)	(1.437)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde:	(3.576)	(828)	(900)	(1.013)	(1.247)	(1.276)	(1.447)	–	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde:	(3.577)	(828)	(900)	(1.013)	(1.247)	(1.277)	–	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde:	(3.577)	(828)	(900)	(1.013)	(1.247)	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde:	(3.577)	(828)	(900)	(1.013)	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde:	(3.578)	(828)	(900)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos ou + mais tarde:	(3.717)	(828)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
<b>Posição em 31/12/2021</b>	<b>(3.717)</b>	<b>(828)</b>	<b>(900)</b>	<b>(1.013)</b>	<b>(1.247)</b>	<b>(1.277)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(1.437)</b>	<b>(1.349)</b>	<b>(1.559)</b>	<b>(1.861)</b>	<b>(725)</b>	<b>(17.360)</b>

Diferença % entre estimativa inicial e final	Diferença % entre estimativa inicial e final												
	(88)	(14)	(55)	(63)	(37)	193	(12)	(89)	281	182	(47)	268	521
2%	2%	2%	2%	0%	0%	2%	1%	2%	1%	2%	1%	2%	0%

(I) Não inclui movimentos dos sinistros dos ramos DPVAT, DPPEM e SF/HSH, sinistros referentes a operações de Cosseguro Aceito, sinistros ocorridos há mais de 20 anos e sinistros registrados na conta transitória de sinistros a liquidar. Os valores apresentados são nominais e estão expressos em milhões de reais. Abaixo demonstramos a conciliação entre os saldos apresentados nos quadros acima para a linha de provisão de sinistros e a provisão de sinistro demonstrada na nota explicativa nº 16.

Provisão de sinistros judiciais	31/12/2021		31/12/2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros judiciais	478	406	373	317
Provisão de sinistros administrativos	576	521	466	419
<b>Total da provisão de sinistros</b>	<b>1.054</b>	<b>927</b>	<b>839</b>	<b>736</b>
(-) IBNR	(330)	(290)	(211)	(194)
(-) Operações de cosseguro cedido	–	–	(6)	(6)
(+) Operações de cosseguro aceito	–	–	8	8
(-) Estimativa de salvados e ressarcidos	–	–	(29)	(29)
(+) Despesas relacionadas	–	–	14	14
<b>(=) Provisão de sinistros (vide nota explicativa nº 16)</b>	<b>724</b>	<b>637</b>	<b>615</b>	<b>529</b>

Sempre em busca das melhores práticas, a Companhia vem constantemente analisando o comportamento de seus sinistros e demais valores associados, testando e implementando alterações metodológicas em seu processo de cálculo de reservas, visando a melhor estimativa de suas obrigações futuras. **16.3 Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de resseguro:** A tabela a seguir apresenta a movimentação dos saldos de passivos de contratos de seguro entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021:

Movimentação das provisões técnicas	31/12/2021		31/12/2020		Total
	PPNG	PSL / PDR	IBNR	IBNER	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.347.829</b>	<b>615.968</b>	<b>136.295</b>	<b>99.234</b>	<b>3.199.326</b>
(+) Constituições decorrentes de prêmios	4.288.741	–	–	–	4.288.741
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(4.141.095)	–	–	–	(4.141.095)
(+) Aviso/Reabertura de sinistros	–	2.011.630	–	–	2.011.630
(-) Pagamento de sinistros	–	(2.740.992)	45.225	–	(2.695.767)
(+/-) Ajuste de estimativa/Cancelamento de sinistro	–	799.779	–	49.721	849.500
(+) Atualização monetária e juros	(2)	37.245	–	–	37.243
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.495.473</b>	<b>723.630</b>	<b>181.520</b>	<b>148.955</b>	<b>3.549.578</b>

## 17 PROVISÕES JUDICIAIS E SINISTROS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista, cível e sinistros judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

Tributária (a)	31/12/2021			31/12/2020		
	Qtd.	Valor reclamado	Valor provisionado	Qtd.	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	1	1.577	1.577	1	1.558	1.558
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>1.577</b>	<b>1.577</b>	<b>1</b>	<b>1.558</b>	<b>1.558</b>
Trabalhista (b)						
Perda provável	21	10.900	3.849	24	8.659	3.670
Perda remota	50	17.306	–	36	14.474	–
<b>Subtotal</b>	<b>71</b>	<b>27.396</b>	<b>3.849</b>	<b>60</b>	<b>23.133</b>	<b>3.670</b>
Cível (c)						
Perda provável	1.082	50.200	23.368	841	37.535	20.186
Perda remota	1.252	63.988	–	1.258	60.161	–
<b>Subtotal</b>	<b>2.334</b>	<b>114.008</b>	<b>23.368</b>	<b>2.099</b>	<b>97.696</b>	<b>20.186</b>
<b>Total</b>	<b>2.406</b>	<b>142.981</b>	<b>28.794</b>	<b>2.160</b>	<b>122.387</b>	<b>25.414</b>
Sinistro judicial (d)						
Perda provável	2.687	563.684	195.242	2.895	523.232	177.129
Perda remota	1.635	215.091	–	1.604	173.131	–
<b>Total</b>	<b>4.322</b>	<b>778.775</b>	<b>195.242</b>	<b>4.499</b>	<b>696.363</b>	<b>177.129</b>

A companhia não possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível. (a) *Contingências tributárias:* Perda provável substancialmente composta por: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém provisão no valor de R\$ 1.577, (R\$ 1.558 em 2020), relativo à cobrança de multas sobre pagamentos do PIS em 2008 pela Receita Federal do Brasil. (b) *Contingências trabalhistas:* A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 3.849 (R\$ 3.670 em 2020). (c) *Contingências cíveis:* As ações cíveis impetridas por segurados são relacionadas, em sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial, ou que foram negados pela Companhia, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 23.367 (R\$ 20.186 em 2020). (d) *Contingências relacionadas a sinistros:* Na provisão de sinistros a liquidar, no total de R\$ 693.603 (R\$ 529.017 em 2020), vide nota explicativa nº 16, foram registrados os sinistros em discussão judicial, no montante de R\$ 195.242 (R\$ 177.129 em 2020). Esses sinistros foram provisionados com base nos valores estimados pelos consultores legais e pelo departamento jurídico da Companhia, com base na experiência histórica das áreas técnicas para cada ramo de seguro. As movimentações das contingências passivas foram:

Saldo inicial em 31/12/2020	Contingências			
	Tributária	Trabalhista	Cível	Sinistro judicial
(-) Novas constituições no semestre (a)	1.558	3.670	20.186	177.129
(-) Total pago no semestre (b)	–	112	6.341	43.887
(-) Baixa da provisão por êxito (c)	–	(326)	(31.505)	(82.978)
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades (d)	–	(118)	(15.720)	(2.029)
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros (e)	19	195	39.477	22.703
(+) Saldo final em 31/12/2021 (a+b+c+d+e)	1.577	316	4.588	358.391
Quantidade de processos com probabilidade de perda provável	–	21	1.082	2.687
Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 (vide nota explicativa nº 10.4)	–	1.179	3.911	1.989
Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 (vide nota explicativa nº 10.4)	–	1.057	4.371	14.829

## 18 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) *Capital social:* O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 567.258 mais o aumento de capital em aprovação de R\$ 42.000, totalizando R\$ 609.258 (R\$ 467.259 em 2020) e está representado por 29.348 ações nominativas e sem valor nominal (26.124 ações em 2020), sendo: +22.621 (19.397 em 2020) ações ordinárias; + 6.727 (6.727 em 2020) ações preferenciais. (b) *Reserva de reavaliação:* Refere-se à reavaliação dos imóveis, líquidos dos efeitos tributários e das realizações mensais da reserva que serão mantidas até a sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de reavaliação de imóveis totalizou R\$ 233 (R\$ 425 em 2020). (c) *Dividendos:* O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 2021 a Companhia optou por não efetuar a distribuição na forma de juros sobre o capital próprio, sendo pago R\$ (49.478 em 2020) aos acionistas. (d) *Reserva de lucros:* Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 709.004 (R\$ 716.210 em 2020), sendo reserva estatutária R\$ 652.921 (R\$ 660.127 em 2020) e reserva legal R\$ 56.083 (R\$ 56.083 em 2020). (e) *Resultado por ação:* O lucro líquido por ação da Companhia, em 31/12/2021 e 2020, é calculado pela divisão da quantidade de ações nominativas e sem valor nominal. O cálculo do lucro líquido por ação é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre	31/12/2021		31/12/2020	
	(7.459)	217.332	29.348	26.124
Quantidade de ações	–	–	(254)	8.319

## 19 DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

**19.1 Prêmios emitidos:** Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos (a)	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos (a)
Automóvel	3.152.260	–	3.152.260	3.146.611	–	3.146.611
Patrimonial	442.542	44.826	397.716	366.437	–	366.437
Vida	389.524	–	389.524	345.970	–	345.970
Transporte	175.835	11.580	164.255	120.755	2.422	118.329
Demais ramos	222.136	37.148	184.988	216.690	11.735	204.955
<b>Total</b>	<b>4.382.297</b>	<b>93.554</b>	<b>4.288.743</b>	<b>4.196.463</b>	<b>22.263</b>	<b>4.174.200</b>

(a) Os prêmios emitidos líquidos de cosseguro por região geográfica estão assim compostos:

Região geográfica	Bruto de resseguro em 31/12/2021						31/12/2020							
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Vida	%	Transporte	%	Demais ramos	%	Total	%	Total	%
Centro-Oeste	277.232	9%	17.153	4%	68.953	18%	7.156	4%	4.454	2%	374.948	9%	363.185	9%
Nordeste	433.400	14%	1.907	3%	33.935	9%	8.554	5%	9.059	5%	495.855	12%	474.142	11%
Norte	95.368	3%	1.932	0%	6.693	2%	3.577	2%	2.079	1%	109.649	3%	94.913	2%
Sudeste	1.232.195	39%	254.974	64%	145.652	37%	67.557	41%	139.972	76%	1.840.350	43%	1.818.327	44%
Sul	1.114.065	35%	112.750	28%	134.291	34%	77.411	47%	29.424	16%	1.467.941	34%	1.423.633	34%
<b>Total</b>	<b>3.152.260</b>	<b>100%</b>	<b>397.716</b>	<b>100%</b>	<b>389.524</b>	<b>100%</b>	<b>164.255</b>	<b>100%</b>	<b>184.988</b>	<b>100%</b>	<b>4.288.743</b>	<b>100%</b>	<b>4.174.200</b>	<b>100%</b>

Região geográfica	Líquido de resseguro em 31/12/2021						31/12/2020						
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Vida	%	Transporte	%	Demais ramos	%	Total	%	Total

## LIBERTY SEGUROS S.A. – C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **Liberty Seguros S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Liberty Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liberty Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** No curso de nossos exames, envolvemos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao ambiente de tecnologia, bem como na execução de procedimentos de auditoria para avaliação do desempenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão, revisão e revogação de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas, para as rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora possui obrigações oriundas de suas apólices de seguros que estão registrados nas rubricas "Ativos de resseguro e retrocessão" e "Provisões técnicas - Seguros" demonstradas nas notas explicativas n's 3j, 3l e 16 das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas das apólices de seguros envolve julgamento relevante da Administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Seguradora. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro firmadas pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Realização dos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativos ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH.** Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora é detentora de créditos

decorrentes do Seguro Habitacional junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH de responsabilidade do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, no montante total de R\$102.071 mil demonstrado na nota explicativa nº10.1 das demonstrações financeiras. A Seguradora vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos significativos relativos a processos judiciais associados à aplicação pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais. A mensuração para perdas sobre os referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas. A avaliação das premissas e metodologia adotadas pela Administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, foi considerada um dos principais assuntos de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e de toda complexidade e julgamento envolvidos na determinação do saldo da referida provisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos chave relacionados à identificação dos créditos a receber do FCVS, bem como ao processo de mensuração da respectiva provisão para perdas; (ii) o entendimento e avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela Administração na mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS; (iii) a avaliação e validação, com base em evidências de auditoria, da consistência da aplicação da metodologia utilizada na determinação da referida provisão; (iv) a inspeção, com base em amostragem, dos documentos suporte das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da integridade e exatidão das bases de dados utilizadas pela Administração; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • Ao planejar a auditoria,

exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Seguradora, e consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6  
**Katia Sayuri Teraoka Kam**  
Contadora - CRC - 1SP272354/O-1  
**Paula Colodete Lucas**  
Contadora - CRC - 1SP290864/O-3



[www.libertyseguros.com.br](http://www.libertyseguros.com.br)